

# DO RACISMO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU É XENOFOBIA DO CARDEAL PATRIARCA DE LISBOA

29-Jan-2009

Fui assistir à última reunião da Assembleia

Municipal de Viseu, que teve lugar em 29 de Dezembro. Sabia que a deputada do Bloco de Esquerda levaria àquele órgão autárquico o caso de uma família de etnia cigana que vive há anos num rés-do-chão de uma habitação na Travessa do Matadouro, transversal à Rua de Serpa Pinto, que uma técnica da Câmara caracterizou com toda a propriedade, como uma «casa de animais» (efectivamente ainda se lá encontram as argolas onde se prendiam os burros), conforme o nascimento de Viseu da Associação Olho Vivo tem vindo a denunciar desde há mais de um ano neste jornal, na rubrica «Golpe de Vista». Foi, aliás, uma sessão em que o Bloco de Esquerda, apesar de ter apenas uma deputada municipal, fez a diferença ao apresentar soluções concretas para resolver problemas que afectam os munícipes. A moção sobre a criação por parte da Câmara de um Gabinete de Crise de atendimento público com o intuito de proceder ao levantamento das situações de pobreza e exclusão social, endividamento das famílias e das pequenas e médias empresas, tendo em conta a multiplicação das situações de pobreza provocadas pela crise actual, foi reprovada pelo PSD por considerar que a CMV já tinha previsto medidas para a crise, como seja o refeitório social e o congelamento das rendas de habitação social. Curiosamente, hoje mesmo ouvi, na Rádio NoAr, o deputado municipal do PSD, António Vicente, a valorizar aquelas medidas da autarquia viseense, mas defendendo um estudo mais aprofundado nas freguesias limítrofes do concelho, de modo a se perceber a verdadeira dimensão da pobreza no concelho de Viseu. Exactamente como sugerira o BE.

As outras duas moções

apresentadas pelo BE foram aprovadas: uma manifestando a solidariedade da Assembleia Municipal com a luta dos professores por um modelo de avaliação justo e pela dignificação da carreira docente; e outra sobre a Universidade Pública em Viseu, defendendo como «a melhor solução para defender os interesses da região e do país», a transformação do Instituto Politécnico de Viseu numa Universidade Politécnica, de forma a poder desenvolver plenamente todas as potencialidades das suas escolas, incluindo a Escola Superior de Saúde, tão desvalorizada face às necessidades do País-só.

Às deputadas Graça Marques Pinto

ainda à deputada Graça Marques Pinto a intervenção mais dura contra o projecto de regulamento de propaganda partidária, apresentado por Fernando Ruas, que mais não visava do que cercear a liberdade de expressão e o direito de propaganda política, sujeitando-o ao critério, subjetivo e discricionário, de «concernir a estética», na sequência, aliás, da queixa crime que a CMV teve a indignidade de apresentar contra dois jovens militantes do PCP, mandados identificar quando efectuavam uma pintura mural no viaduto junto ao Hospital, local que sempre foi utilizado para afixar

propaganda política. A oposição dos deputados do PS que defenderam que o regulamento fosse alterado de modo a beneficiar do consenso de todos os partidos, e as reservas de Hélder Amaral, do CDS, levaram Fernando Ruas a propor a retirada da proposta, adiando a votação do regulamento para a AM de Fevereiro.

Às 10h30min Fernando

Ruas, depois da deputada do Bloco de Esquerda o ter interpelado acerca da discriminação social de munícipes de etnia cigana com a política de habitação social do seu executivo, afirmou que a autarquia já tinha oferecido um T2 à família a viver no estúdio, que teria recusado. Foi então que decidi inscrever-me para falar no período reservado ao público.

Às 10h45min Fernando

Conforme eu disse na minha intervenção, a família de etnia cigana tinha-me garantido que não receberia qualquer oferta de casa por parte da CMV. Depois de sair da Assembleia Municipal voltei a contactá-los, a António Fernandes Pinto e sua mulher, Silvina Pinto que me reafirmaram sob sua palavra de honra, que o presidente estava a mentir uma vez que nunca receberam qualquer oferta de habitação social.

Às 10h50min Fernando

Não tenho nenhum motivo para não acreditar na palavra de António Pinto; conheço-o há muitos anos e nunca me mentiu. Já quanto a Fernando Ruas, ouvi-o mentir em plena Assembleia Municipal quando em resposta à deputada do Bloco de Esquerda que o interpelara sobre problemas denunciados por alguns moradores do Bairro Social da Quinta da Pomba, a acusou de não conhecer os bairros, de contrário saberia que aquele já tinha ganho um prémio e que tem tanta qualidade que todas as casas têm lareira. Ora, a verdade é que são um dos blocos que tem lareiras. Fernando Ruas não mentiu deliberadamente; foi traído pela ignorância da realidade. Só visitou o bloco que inaugurou. É provável que no caso vertente, também tenha sido mal informado por algum funcionário ou vereador.

Às 11h00min Fernando

Além do mais, não me parece que um T2 fosse resolver, da forma mais adequada, as necessidades de habitação de uma família, com um casal, um filho de quatro anos e uma avó, sabendo não que as casas de habitação social já têm os

compartimentos muito mais pequenos do que o permitido por lei para uma habitação "normal"? Será que as crianças ciganas não têm direito a um quarto só para si?

Às 11h10min Fernando

Aquando da inauguração do Bairro Social da Quinta da Pomba, o senhor presidente da CMV afirmou que aquele iria ser "um bairro muito digno" por já não ter

os "constrangimentos sociais" que teve com o bairro de Paradinha. Hoje, ao

verificar que não mora ali um único munícipto de etnia cigana, somos levados a não ter dúvida sobre a tradução de "constrangimentos sociais" como "realojamento de ciganos". A isto chama-se "racismo institucional".

Os ciganos do Bairro de Paradinha acusam a CMV de estar a levar a uma espécie de "limpeza étnica", transferindo moradores de uns blocos para outros, de modo a ficarem blocos só para ciganos e outros para "caras-pálidas".

Às% por esta e por outras que muitos ciganos, incluindo Silvina Pinto, manifestam relutância em ir morar para o Bairro de Paradinha, por ser um autêntico écegueto• de ciganos. Â

Na Assembleia Municipal nã%o tive tempo para me referir à intervenção do presidente da Junta de S. João de Lourosa, António Fonseca, do PSD, que em defesa da Câmara, proferiu um arrazoado de imprecções racistas, inadmissíveis numa autarquia democrática, dizendo que os ciganos nã%o querem trabalhar, destroem as casas todas, que nã%o são tão pobres como parecem, já que recebem o Rendimento de Inserção Social e ainda trabalham, ée como nã%o seiâ•...

Pior só mesmo a tirada xenófoba do Cardeal Patriarca de Lisboa aconselhando as católicas a pensarem bem antes de casarem com um muçulmano, para nã%o se meterem num écemonte de sarilhosâ•. Num país como Portugal, onde só assassinadas 40 mulheres por ano, pelos maridos, companheiros, namorados ou ex-companheiros, vem um representante de uma das Igrejas mais preconceituosas e retrógradas da história das religiões, e uma das que mais discrimina as mulheres, apontar o cisco nos olhos dos outros. Nã%o me lembro de o ter ouvido chamar a atenção, publicamente, do reitor do Santuário de Fátima, Luciano Guerra, quando numa entrevista ao DN de 13.10.2007, afirmou que uma mulher agredida pelo marido, nã%o todas as semanas, mas que só leva um soco de 3 em 3 anos, sendo amada no resto do tempo, nã%o se deveria divorciar. Qual é a diferença entre este bispo católico e o clérigo muçulmano que ensinava numa televisão do Bahrein como se deve bater numa mulher (nunca em frente dos filhos, sem causar feridas nem sangue, nã%o bater na cara, etc.)?

E se fossem todos, ecumenicamente, para o diabo que os carregue?

Â

Carlos Vieira